

Que fazer com os conventos?

Por: Nuno Teotónio Pereira ¹



Numa iniciativa de mérito, uma associação cultural de Montemor-o-Novo, as "Oficinas do Convento", decidiu promover a realização de um ciclo de debates, com data marcada para 25 a 28 de Outubro, com a finalidade de discutir a problemática da reabilitação e reutilização dos espaços conventuais – tema de grande importância local, já que naquela cidade existem nada menos que cinco conventos, alguns dos quais abandonados e em adiantado estado de degradação.

Portugal é talvez um caso único nesta problemática. Por um lado, porque a construção de espaços conventuais atingiu entre nós uma dimensão invulgar no contexto europeu, marcando profundamente a estrutura e a imagem das nossas cidades. Por outro, porque, com a extinção das ordens religiosas em 1834, esses edifícios foram desafectados do seu uso (os masculinos desde logo e os femininos a partir da morte da última freira residente), não voltando, à parte reduzidíssimas excepções, a readquirir a função para que foram construídos, mesmo após o retorno daquelas ordens. Resultou desta circunstância a disponibilização, por parte do Estado, de um enorme volume de construções, distribuídas por todo o território e que foram sendo aprovei-

tadas para os mais diversos fins que a lenta modernização do país ia exigindo. Como proclamavam os ardentes defensores da causa liberal, havia em Portugal conventos a mais.

Nos casos mais frequentes, os edifícios desafectados foram aproveitados para instalar quartéis e hospitais. Registe-se o facto de, em Lisboa, dos cinco hospitais civis e dois militares que existiam até à construção de Santa Maria em meados do século XX – todos estarem alojados em antigos conventos! Muitos também foram aproveitados para fábricas, no contexto do processo de industrialização que se prolongou pelo século XIX, muitos outros ainda para universidades, museus, asilos, serviços de administração pública, e até – emblemático exemplo – para instalar o Parlamento!

Esta circunstância trouxe como consequência a quase total ausência de edifícios públicos construídos de raiz durante um século inteiro, até à vigorosa campanha de Obras Públicas empreendida por Duarte Pacheco. E se isso foi também o

reflexo de uma crónica penúria financeira do Estado, daí resultou a extrema pobreza da nossa arquitectura civil ao longo de todo esse período: contam-se pelos dedos, na capital do país, os edifícios públicos construídos durante esses 100 longos anos. Entretanto, os conventos situados em meios rurais ou em pequenas cidades ou vilas foram vendidos em hasta pública, caindo nas mãos de particulares, com melhor ou pior sorte.

Tais antecedentes poderiam ter criado entre nós uma cultura de reconversão e reutilização de edifícios históricos. Mas tal não aconteceu: as adaptações foram sendo feitas ad-hoc, orientadas por leigos na matéria e numa época em que a ideologia do Progresso votava ao desprezo as preocupações com o património. Por isso se cometeram barbaridades sem conta, muitas delas ainda bem à vista.

Nas décadas mais recentes o panorama alterou-se completamente: os edifícios conventuais ainda votados ao abandono têm sido objecto de intervenções do poder público, não com o carácter indiscriminado de outrora, mas como espaços particularmente dotados para certo tipo de funções, regendo-se em geral as intervenções por critérios cuidadosos de valorização patrimonial, evidentemente com projectos de arquitectos. Neste processo têm lugar destacado as pousadas da Enatur, mas também museus, centros culturais, etc.

Estas intervenções, se bem que geralmente consideradas de apreciável qualidade arquitectónica, têm porém suscitado alguma polémica, considerando algumas vezes críticas que por vezes se foi demasiado longe na introdução de alterações no interior, na construção de ampliações e mesmo na atribuição de novas funções. De registar é que parece relativamente consensual o postulado da Carta de Veneza ao recomendar que estas adições se distingam claramente das pré-existências, rejeitando soluções de mimetismo formal.

Neste contexto, vem em boa hora a iniciativa das "Oficinas do Convento", a levar a efeito no Convento da Saudação em Montemor-o-Novo. Para além de poder constituir um impulso para a reabilitação de um património muito rico e marcante na cidade, será uma boa oportunidade para a discussão dos critérios a ter em conta na reutilização e reabilitação do património conventual. 🗡️



Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo

¹ Arquitecto, autor de numerosos artigos e ensaios sobre Arquitectura, Habitação, Urbanismo, Património e Território. Autor e co-autor de diversos projectos de Arquitectura